



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR	Presidente
BPS	Vice-Presidente
BTR	
BTR	
MSC	
MSC	
BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	MSC	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	MSC	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado	BPS	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	MSC	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BTR	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Délio Malheiros	BPS	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BPS	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
----------------------------	-----	--



Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Bruno Siqueira	MSC
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado André Quintão	MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BTR	Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	BMC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Cássio Soares	BTR
Deputado Rogério Correia	MSC
Deputado Ivair Nogueira	BMC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BPS	Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Ivair Nogueira	MSC

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BPS	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	MSC	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Carlin Moura	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	BPS	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Rogério Correia	MSC	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BPS	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	



Deputado Gilberto Abramo MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado João Leite BTR
Deputado Bosco BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Antônio Júlio MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente
Deputado Hely Tarquínio BPS Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista BPS
Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Juninho Araújo BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeu Martins Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BPS	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BTR	
Deputado Paulo Lamac	BTR	
Deputado Hely Tarquínio	MSC	
Deputado Romel Anízio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO**1 - MATÉRIA VOTADA**

1.1 - Plenário

2 - ORDENS DO DIA



- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
- 3.1 - Comissões
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**MATÉRIA VOTADA****MATÉRIA VOTADA NA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/8/2011**

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 724/2011, do Deputado Gilberto Abramo, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/8/2011****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 637/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária pedido de providências para que, a cada 120 dias, seja enviado a essa Comissão relatório relativo às ações do Programa de Crédito Fundiário. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 646/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os projetos em execução de recuperação e monitoramento da Lagoa da Pampulha, sobre o montante e a fonte dos investimentos previstos, bem como sobre a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 710/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de providências para que envie a essa Comissão levantamento detalhado das famílias de baixa renda beneficiadas com a Tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 12.212, de 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 711/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o número de consumidores que se recadastraram mês a mês, até o fim do prazo estabelecido pela legislação para tal cadastramento, com o objetivo de fazer jus à Tarifa Social de Energia Elétrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 999/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Vespasiano pedido de informações sobre as providências tomadas pelo Ministério Público com vistas a que seja cumprida a legislação no que se refere à construção da via de acesso à Empresa de Cimentos Liz, nesse Município, especialmente quanto à realização de audiência pública para esse fim, considerando-se as denúncias de possíveis irregularidades que têm gerado ameaças às condições de vida e violações dos direitos humanos dos moradores da região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.001/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que envie a esta Casa balanço técnico relativo ao consumo irregular de energia elétrica no Estado, no qual conste



o volume de energia elétrica furtada, o número de infrações apuradas e os prejuízos econômicos causados pela referida prática em 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 8/2011, do Tribunal de Conta, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 a 5, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 98/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que comercializam lâmpadas fluorescentes colocarem à disposição dos consumidores lixeira para a sua coleta quando descartadas ou inutilizadas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.677/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Requerimento nº 1.235/2011, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.323/2011, da Deputada Ana Maria Resende.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 302/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 844/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.668/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 1.140 e 1.141/2011, do Deputado Bosco; 1.148 e 1.196/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.239 e 1.240 a 1.243/2011, do Deputado Cássio Soares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 3/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 3/8/2011**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 7/2011, do Deputado Almir Paraca; Projetos de Lei nºs 25/2011, do Deputado Elismar Prado; 58/2011, do Deputado Fred Costa; 577 e 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella; 606/2011, do Deputado Arlen Santiago; 779/2011, do Deputado Délio Malheiros; 811/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 897/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.024, 1.025, 1.069 e 1.119/2011, do Deputado Leonardo Moreira; e 1.378/2011, do Deputado Carlos Mosconi.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.229/2011, do Deputado Délio Malheiros, e 1.232/2011, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Célia Pimenta Barroso Pitchon para o cargo de Ouvidora-Geral do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/8/2011**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 128/2011, do Deputado Elismar Prado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.099/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 705/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.532/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.535/2011, do Deputado Neider Moreira; 1.670/2011, do Deputado Cássio Soares; 1.673/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.675, 1.676 e 1.845/2011, do Deputado Doutor Viana; 1.703/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.720/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 1.756/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.764/2011, do Deputado André Quintão; 1.770/2011, do Deputado Célio Moreira; 1.776/2011, do Deputado Dilzon Melo; 1.777/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.790/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.791/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.792/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.800/2011, do Deputado Ulysses Gomes; 1.802/2011, do Deputado Bosco; 1.831/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.854/2011, do Deputado Antônio Júlio; 1.881/2011, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/8/2011**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.237 e 1.238/2011, do Deputado Pompílio Canavez.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/8/2011**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimento nº 1.195/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.
Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os Deputados Adalclever Lopes, Almir Paraca, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Antônio Júlio, Bosco, Bruno Siqueira, Carlos Mosconi, Celinho do Sinttrocel, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Doutor Viana, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, João Leite, João Vítor Xavier, Luiz Carlos Miranda, Marques Abreu, Paulo Lamac, Pompílio Canavez, Romel Anízio, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tadeu Martins Leite, Tenente Lúcio, Tiago Ulisses, Ulysses Gomes, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno -, para a reunião a ser realizada em 3/8/2011, às 13h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único dos Projetos de Lei nºs 2.123 e 2.124/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/8/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os procedimentos de fiscalização e autorização do transporte de passageiros e do transporte fretado contínuo, dos contratos de locação de vans realizados por cooperativas, pelo DER-MG e pelas empresas locadoras de veículos, bem como do transporte fretado de passageiros no Aeroporto Tancredo Neves, e a aplicabilidade da Lei nº 19.445, de 2011, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para a reunião de audiência pública, com convidados, a ser realizada em 4/8/2011, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os projetos de melhoria do acesso à região conhecida como Vetor Sul, divisa de Belo Horizonte com Nova Lima, entre os quais a ligação subterrânea do Bairro Mangabeiras, em Belo Horizonte, ao Município de Nova Lima pela Serra do Curral, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Almir Paraca, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.123/2011

Suprima-se o art. 4º.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Rogério Correia

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 63/2011**Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo**
Relatório

De autoria do Deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo instituir no Estado o Dia da Comunidade Italiana. A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora, vem a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, XIII, combinado com o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 63/2011 tem por escopo instituir o Dia Estadual da Comunidade Italiana, a ser comemorado, anualmente, em 2 de junho.

A imigração italiana no Brasil iniciou-se no século XIX e teve seu ápice entre 1880 e 1930, impulsionada pelas transformações socioeconômicas em curso na Europa, que resultaram na unificação da Itália e tiveram reflexos nas oportunidades de emprego e na propriedade da terra.

Naquela época, o Brasil, pressionado pelas grandes potências, proibiu o tráfico de escravos, o que resultou na falta de mão de obra nas zonas em que se expandia a cultura cafeeira. Surgiu, então, no oeste paulista, um grupo de fazendeiros que defendeu o uso de homens livres nas plantações, iniciando um período de fermentação de ideias abolicionistas. A política de imigração passou a ser planejada, com o propósito de suprir a mão de obra necessária e de colonizar territórios pouco ocupados do País.

Os italianos inicialmente se instalaram no Sul do Brasil, devido ao acesso mais fácil às terras naquela região. Agrupando-se em colônias agrícolas, buscavam tornar mais ameno o convívio com o local estrangeiro, recriando características de seu país e preservando sua cultura e suas tradições. Dedicavam-se inicialmente à produção de queijos, vinhos e hortigranjeiros; depois, alguns passaram ao cultivo de uvas e à produção de vinhos.

Embora tenha sido a região Sul a pioneira na imigração italiana, foi a Sudeste que recebeu a maioria dos imigrantes, devido ao processo de expansão das lavouras de café em São Paulo e aos amplos incentivos do Governo e dos grandes fazendeiros.

Com o passar do tempo, muitos imigrantes começaram a sair das zonas rurais e se instalaram nas cidades. Participaram ativamente do desenvolvimento do comércio e de outras atividades, trabalhando nas fábricas que se multiplicavam. Foram um dos protagonistas do desenvolvimento dos maiores centros urbanos do Brasil.

Com o passar do tempo, o setor terciário das cidades brasileiras cresceu e muitos imigrantes italianos deixaram as indústrias para trabalhar como artesãos autônomos, pequenos comerciantes, motoristas de ônibus e táxi, vendedores de frutas e vegetais, sapateiros e garçons de restaurante. Dessa forma, membros da comunidade italiana passaram a compor a elite brasileira: a maioria dos primeiros grandes industriais de São Paulo tinha origem italiana.

Minas Gerais também era um grande reduto da colônia italiana. Nesse Estado, a imigração ficou dividida em dois segmentos: colonos agricultores, que foram atraídos para os arredores de Belo Horizonte, e trabalhadores do café, atraídos para o Sul do Estado.

Ao contrário do que aconteceu em São Paulo, onde os italianos foram encaminhados para as fazendas de café, em Minas os imigrantes foram trazidos para ocupar seus próprios lotes, com aquisição própria ou doação do Estado.

Em Minas Gerais, existiam quatro núcleos coloniais povoados por italianos e mantidos pelo Estado, que se localizavam nos Municípios de Barbacena, Sabará, Belo Horizonte e São João del-Rei. Além desses, havia dezenas de outros em nome de particulares. As colônias da Capital mineira deram origem, mais tarde, a bairros como o Carlos Prates, o Santa Tereza, o Barro Preto e a Savassi.

O imigrante italiano normalmente vinha para Minas Gerais acompanhado de sua família, oriundo, principalmente, do Norte da Itália. Ao contrário do que aconteceu no resto do País, onde predominou o imigrante miserável e analfabeto, o italiano em Minas Gerais era melhor instruído e mais rico. Ele permanecia uma média de 10 anos no campo e depois migrava para os centros urbanos, como Belo Horizonte e Juiz de Fora, em busca de melhores condições.

Os mineiros descendentes dos cerca de cinquenta mil italianos que imigraram para o Estado em fins do século XIX rondam, atualmente, em torno de 7,5% da população. As maiores concentrações de ítalo-mineiros estão em Belo Horizonte e no Sul de Minas.

Os imigrantes e seus descendentes contribuíram ativamente para o desenvolvimento da agricultura, da urbanização, da indústria, do comércio e da identidade cultural do Estado, inclusive como fundadores do Cruzeiro Esporte Clube, em 1921, como Società Sportiva Palestra Italia, nome somente alterado devido à Segunda Guerra Mundial.

Outra contribuição para a economia mineira que merece destaque é a fábrica de montadora de automóveis Fiat, situada no Município de Betim, uma das mais importantes da empresa fora da Itália.

Diante dessas considerações, a proposta do projeto em análise, de se instituir um dia em homenagem à comunidade italiana em nosso Estado, é oportuna e meritória, pois são muitos anos de convivência profícua, respeito mútuo e amizade entre esses dois povos.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 63/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Ulysses Gomes - Rômulo Viegas.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.469/2011**Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**
Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe institui a Semana do Contribuinte Solidário.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, inciso IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O objetivo da proposição é instituir a Semana do Contribuinte Solidário, a ser realizada, anualmente, na primeira semana de maio. O projeto prevê que nessa semana serão promovidas, pelo Poder Executivo, palestras, campanhas educativas e atividades para conscientizar a população sobre a função socioeconômica dos impostos, seu retorno em investimentos em obras e serviços públicos, o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e a institucionalização da prática da educação fiscal para o pleno exercício da cidadania. Prevê ainda que a confecção e divulgação do material didático, o controle e a fiscalização do cumprimento das determinações da norma ficam a cargo de órgão a ser definido pelo Poder Executivo.

A intenção da autora, ao instituir a Semana do Contribuinte Solidário às vésperas do Dia das Mães, considerada a segunda melhor data comemorativa para os negócios do comércio varejista, é estimular os consumidores a pedir a nota ou o cupom fiscal em suas compras, por meio da sensibilização da população para a função dos tributos na realização de obras e na prestação de serviços públicos.

A Comissão de Constituição e Justiça considerou que a atribuição de responsabilidades a órgão do Poder Executivo fere a Constituição mineira, que estabelece como iniciativa privativa do Governador a organização da administração pública e a estruturação de suas Secretarias e órgãos, bem como prevê a competência privativa dessa autoridade no exercício da direção superior do Poder Executivo. Para suprimir tais impropriedades e adequar o texto à técnica legislativa, a referida Comissão apresentou o Substitutivo nº 1.

Entendemos que a conscientização do cidadão sobre a importância do tributo favorece o aumento da arrecadação tributária e a melhoria da eficiência da fiscalização, bem como permite uma distribuição mais justa da carga tributária. Ressalta-se que o tributo é a principal fonte de recursos para o financiamento dos serviços públicos e das obras públicas, podendo, se bem utilizado, promover o desenvolvimento do Estado e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além disso, o estímulo à exigência da nota fiscal pelos consumidores, como pretende o projeto em exame, é uma forma eficiente de assegurar níveis de arrecadação tributária adequados à consecução desses objetivos, razão pela qual outros Estados concedem incentivos fiscais e financeiros para estimular a prática. Desse modo, consideramos louvável a intenção do projeto.

Cabe observar que a Lei Federal nº 12.325, de 15/9/2010, instituiu o Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte, a ser celebrado no dia 25 de maio, com o objetivo de mobilizar a sociedade e os poderes públicos para a conscientização e a reflexão sobre a importância do respeito ao contribuinte. Com o intuito de fortalecer a data proposta no projeto, consideramos conveniente a sua coincidência com a data nacional. Por essa razão, propomos emenda objetivando a mudança da Semana do Contribuinte Solidário para a quarta semana de maio.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.469/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

EMENDA Nº 1

Substitua-se, no art. 1º, o termo “primeira” por “quarta”.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Délio Malheiros, Presidente – Carlos Henrique, relator – Liza Prado – Duílio de Castro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.349/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 354/2007, “dispõe sobre instalações sanitárias para uso gratuito de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais”.

Publicada, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que, em exame preliminar, concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria.

Agora, vem o projeto a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de instalações sanitárias para uso gratuito de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais.

Argumenta o autor que os terminais rodoviários são espaços públicos sob responsabilidade do poder público, os quais não podem desvincular-se de suas atividades periféricas, como, por exemplo, a oferta de serviços que atendam a padrões de segurança e higiene, com instalações sanitárias adequadas.

O projeto em comento tramitou nesta Casa na legislatura passada, na forma do Projeto de Lei nº 354/2007.

Há muito tempo os usuários do serviço de transporte intermunicipal de passageiros reivindicam melhores condições de atendimento nos terminais rodoviários e pontos de parada. A não existência de instalações sanitárias de uso gratuito obriga os usuários a se submeterem a situações humilhantes, causando-lhes desnecessários constrangimentos. Em Belo Horizonte, por exemplo, o Terminal



Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip – não conta sequer com instalações sanitárias na plataforma de embarque, e, para utilizar o único banheiro existente, o passageiro tem que pagar. O que se vê é um tratamento desumano, incompatível com os princípios mínimos que devem nortear a prestação de um serviço público dessa natureza. A inexistência desses serviços atenta, ainda, contra os ditames do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990, que dispõe, no art. 4º, que a Política Nacional de Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo. Dispõe ainda, em seu art. 22, que os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Na maioria dos terminais, o usuário paga tarifa de embarque, destinada a cobrir todos os custos para a manutenção da infraestrutura disponível nos terminais rodoviários de passageiros. Assim sendo, não é razoável que um passageiro que embarca ou desembarca tenha que sair do terminal para encontrar uma instalação sanitária de uso gratuito. Essa situação se agrava quando o usuário tem dificuldade de locomoção, em razão da idade ou de deficiência física. O que se busca no projeto em análise é oferecer aos usuários do serviço de transporte intermunicipal um tratamento semelhante ao dispensado àqueles que embarcam e desembarcam nos aeroportos, que têm a sua disposição instalações sanitárias em condições razoáveis.

O Decreto nº 44.603, de 2007, contém o regulamento do serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal e metropolitano do Estado de Minas Gerais. De acordo com o referido diploma legal, o terminal de passageiro tem como atividade própria o embarque e o desembarque de passageiros, a venda de passagens, o despacho de bagagens ou encomendas e demais serviços de apoio ao usuário do transporte. Ainda, faculta às delegatárias ou a terceiros interessados a construção, administração e exploração de terminais rodoviários e pontos de paradas, que deverão dispor de áreas e instalações compatíveis com seu movimento e apresentar padrões de segurança, conforto e acessibilidade ao público usuário. Entretanto, esta Comissão entende que a matéria não deveria ser tratada por decreto, e sim por lei ordinária. Também, o autor se preocupou com as instalações sanitárias, mas não atentou para as questões de segurança, conforto e acessibilidade, razão pela qual apresentamos o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Pelas razões expostas, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.349/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre estações rodoviárias e pontos de parada do serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os terminais rodoviários e os pontos de parada deverão dispor de área e instalações compatíveis com o seu movimento, instalações sanitárias para uso gratuito dos passageiros e apresentar padrões de segurança, conforto e acessibilidade ao público usuário, na forma e nas condições de regulamento.

§ 1º - Os terminais rodoviários e os pontos de parada poderão estar localizados em instalações das empresas delegatárias ou de terceiros, destinadas especialmente para esse fim e aprovadas pelo DER-MG.

§ 2º - Os pontos de parada deverão estar dispostos ao longo dos itinerários das linhas, de forma a assegurar, no curso da viagem e nos intervalos previstos, alimentação, conforto e descanso aos passageiros e à tripulação dos veículos.

§ 3º - O acesso gratuito às instalações sanitárias se fará mediante a apresentação do bilhete de viagem.

Art. 2º - Ficam obrigados as estações rodoviárias e os pontos de parada de ônibus intermunicipais a afixar dizeres com o disposto nesta lei em lugar de fácil visualização e próximo às instalações sanitárias.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Duílio de Castro, relator - Liza Prado.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 914/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 914/2011, de autoria do Deputado Gustavo Corrêa, que dá denominação de Carlos de Faria Tavares ao trecho da Rodovia MGC-462 que liga o Município de Patrocínio ao de Perdizes, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 914/2011

Dá denominação ao trecho da Rodovia MGC-462 que liga o Município de Patrocínio ao Município de Perdizes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Carlos de Faria Tavares o trecho da Rodovia MGC-462 que liga o Município de Patrocínio ao Município de Perdizes.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Luiz Henrique.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.384/2011**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.384/2011, de autoria do Deputado Carlos Mosconi, que declara de utilidade pública a Associação Lambariense de Esportes, com sede no Município de Lambari, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.384/2011

Declara de utilidade pública a Associação Lambariense de Esportes, com sede no Município de Lambari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Lambariense de Esportes, com sede no Município de Lambari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Luiz Henrique, relator – Ana Maria Resende.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.398/2011**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.398/2011, de autoria do Deputado André Quintão, que declara de utilidade pública a Associação Escola de Esportes Visão da Vida, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.398/2011

Declara de utilidade pública a entidade Escola de Esportes Visão da Vida, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Escola de Esportes Visão da Vida, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Luiz Henrique, relator – Ana Maria Resende.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.448/2011**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.448/2011, de autoria do Deputado Hely Tarquínio, que declara de utilidade pública o Instituto Sérgio Fonseca – Amigos do Esporte, com sede no Município de Nova Ponte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.448/2011

Declara de utilidade pública o Instituto Sérgio Fonseca – Amigos do Esporte, com sede no Município de Nova Ponte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Sérgio Fonseca – Amigos do Esporte, com sede no Município de Nova Ponte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Luiz Henrique, relator – Ana Maria Resende.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.499/2011**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.499/2011, de autoria do Deputado Carlin Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Incentivo Esportivo e Formação de Atleta – Aiefa –, com sede no Município de Lagoa da Prata, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.



Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.499/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Incentivo Esportivo e Formação de Atleta – Aiefa –, com sede no Município de Lagoa da Prata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Incentivo Esportivo e Formação de Atleta – Aiefa –, com sede no Município de Lagoa da Prata.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Luiz Henrique, relator – Ana Maria Resende.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/8/11, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Messias Júlio de Abreu do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Grazielle Maximo Ferreira da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Salem Serviços Ltda. Objeto: serviço de transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de quatro motocicletas equipadas com baú, incluída a mão de obra dos respectivos motociclistas. Vigência: 12 meses contados a partir de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 17/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90 -10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações. Objeto do aditamento: aditamento em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores constantes nos itens 1, 2 e 3 do Anexo I, e 2, 3, 7, 11 e 12 do Anexo II. Vigência: a partir da assinatura deste aditamento. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.